

O PROJETO POMPEU SINIMBÚ E O DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO ENTRE O NORDESTE E O CENTRO-SUL DO BRASIL (1877-1901)

The Pompeu Sinimbu Project and the economic imbalance between the Northeast and the Central South of Brazil (1877-1901)

José Weyne de Freitas Sousa

Graduado em História/UFC. Doutor em História Econômica/USP e professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Univ. da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. joseweyne@unilab.edu.br

Resumo: este artigo discute a implantação do projeto Pompeu Sinimbú como estratégia para equacionar o problema do desequilíbrio econômico entre as porções Norte e Sul do Brasil no século XIX. O projeto foi apresentado por ocasião da seca de 1877-1879 como parte do debate entre o grupo do senador Tomás Pompeu de Souza Brazil e os membros da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará pelo governo do Império em 1859 para avaliar os recursos naturais da região. Esse projeto se baseava na ideia de realizar o progresso da região Nordeste por meio de obras que empregassem a mão de obra dos desvalidos sob a coordenação do estado ou por meio de órgãos públicos, sendo adotada ao longo das secas ocorridas entre 1877 e 1959.

Palavras-chave: seca; progresso; socorro; política; Nordeste.

Abstract: this article discusses the implementation of the Pompeu Sinimbú project as a strategy to equate the problem of economic imbalance between the northern and southern portions of Brazil. The project was presented at the time of the drought of 1877-79 as part of the debate between the group of Senator Tomás Pompeu de Souza Brazil and the members of the Scientific Exploration Commission sent to Ceará by the government of the Empire in 1859 to evaluate the region's natural resources. This project was based on the idea of achieving the progress of the Northeast region by means of works that employ the workforce of the unfortunate people. This policy was adopted throughout the droughts between 1877 and 1959.

Keywords: drought; progress; relief; politics; Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Alcides Goulart Filho (2006, p. 9-22) o tema “região” pode ser abordado a partir de duas teorias econômicas – a neoclássica e a heterodoxa. A primeira considera a sua localização e, portanto, suas condições naturais. Essa abordagem constituiu a disciplina fundada por Walter Isard (1975), chamada de *regional science*. A segunda ressalta a formação histórica da região e a atuação do estado. Esta última balizou os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), que na década de 50 teve como expoentes Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Essa foi a perspectiva que vigorou sobre a região Nordeste do Brasil a partir de 1959, quando Furtado criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O diagnóstico realizado por esse grupo sobre a região consistiu na proposta de execução de um plano para promover o seu desenvolvimento, por meio de um processo de industrialização, que equilibrasse o papel da região no sistema de trocas comerciais em relação ao Centro-Sul. Contudo, segundo Wilson Cano (2007) esse desequilíbrio pode ser atribuído às condições históricas de cada região, consideradas separadamente, como o processo de modernização capitalista experimentado por São Paulo e não à política cambial ou tarifária brasileira.

Desse modo, ele visava refutar o “mito de São Paulo sanguessuga”, que culpabilizava o centro pelas condições socioeconômicas dos estados da periferia. Por isso, para Goulart Filho (2006, p. 11), as regiões brasileiras seriam consequência de processos históricos com “determinantes e condicionantes específicos e cada qual reage à sua maneira em função da sua estrutura social, econômica e cultural herdada do passado e das suas opções políticas no presente”. De acordo com ele, a década de 30 foi o período de formação do desequilíbrio entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil, pois com a industrialização paulista, ocorreu uma mudança no padrão de acumulação de capitais, antes baseado na agroexportação.

Entretanto, as condições históricas que estearam a questão regional são anteriores a essa época; elas remontam ao próprio processo de abertura comercial e independência política do país em 1822, quando o Império subsidiava as províncias agroexportadoras, localizadas na sua maior parte no

Centro-Sul. Essa política gerou uma diferenciação na capacidade de produção e infraestrutura entre as regiões, tornando-se perceptível, na década de 60 do século XIX, nos discursos políticos das elites que representavam a região Nordeste no parlamento. Um projeto para equacionar esse problema teve início na seca de 1877-1879. Ele consistiu na proposta do governo do Ceará de utilizar a mão de obra disponível durante as secas para realizar obras públicas e, com isso, corrigir o seu *déficit* de infraestrutura e urbanização em relação àquelas que progrediam subvencionadas pela Coroa.

Essa política se espalhou pelas demais províncias do Nordeste, embora a maior parte dos recursos tenha sido canalizada para socorrer os desvalidos cearenses e edificar obras na província como pontes, estradas de ferro, escolas, praças e prédios públicos. Por causa disso, em poucas décadas a região se urbanizou, ao mesmo tempo em que se tornou símbolo de seca, pobreza e migração, de modo que o Nordeste como “imagem” e o Nordeste como “estrutura” político-econômica são inseparáveis. Com isso, o presente artigo pretende responder a seguinte questão: como ocorreu o processo de desequilíbrio econômico entre a região Nordeste e o Centro-Sul do Brasil? A bibliografia que trata desse tema se circunscreve em três linhas de compreensão do problema: uma baseada na polarização centro-periferia, cujo eixo é a teoria da dependência, outra na ideia da região como um produto imagético-discursivo e a última na noção de ciência regional.

A correlação entre o primeiro e o último viés, em uma análise histórica que remonta ao século XIX, permite compreender o fator imagético-discursivo como consequência e não causa da mudança estrutural da economia da região como defende essa corrente historiográfica. Ou seja, a imagem que se tem de Nordeste associado à seca e à “nordestinidade” como identidade regional se tornou compreensível a partir da investigação em torno da coexistência de dois projetos internos de progresso para o Nordeste – o projeto Pompeu Sinimbú, baseado na polarização Norte-Sul e o projeto Capanema assentado na perspectiva da *regional science*.

Essa abordagem, por sua vez, estimula um diálogo entre a teoria neoclássica e a teoria heterodoxa sobre região por meio do procedimento metodológico de considerar que, embora ambas

inexistissem no século XIX, elas podem ser interpretadas, retrospectivamente a partir do estudo técnico realizado pela Comissão Científica de Exploração (1859-1861) e por meio da análise do projeto Pompeu Sinimbu (1878). Com isso, se recoloca o debate entre o ponto de vista da *regional science*, eclipsado em 1959 com o advento da Cepal e a teoria da dependência. Dessa forma, se apresenta o processo político de implantação do projeto cearense e, ao mesmo tempo, se evidencia as críticas que Guilherme Capanema continuou realizando sobre a política de combate às secas implementada até o início do século XX. Com isso, a proposta de um projeto autônomo de colonização (projeto Capanema), baseado nas condições geomorfológicas da região Nordeste (SOUSA, 2017), foi derrotada no debate ocorrido no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, em 1879.

2 SECAS, SOCORROS PÚBLICOS DIRETOS E INDIRETOS

Em um quadro de desequilíbrio estrutural da economia brasileira, a seca foi o evento utilizado pelas elites políticas para definir a questão regional porque, ao colapsar o setor de abastecimento, evidenciou a fragilidade da economia do Nordeste. Como resultado disso, surgiram as multidões de retirantes desvalidos migrando para diversas províncias como Pernambuco, Paraíba, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e para a região Sudeste. A Constituição do Brasil de 1824, entre outros direitos dos cidadãos, previu a garantia aos socorros públicos. Porém, não havia nenhuma alusão à seca, sendo que a noção de “socorro público” era algo de caráter muito geral. De acordo com Aguiar (1983, p. 55): “três anos depois de outorgada a Carta Magna, em 1827, por ocasião de uma seca que atingiu algumas províncias da região Nordeste, a Assembleia Geral do Império aprovou uma lei assinada por D. Pedro I e pelo Marques de Queluz, ministro da Fazenda, dando providências para socorrer da “fome nas províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte e em quaisquer outras que se acharem nas mesmas circunstâncias”.

Com isso, de modo gratuito, foram distribuídos alimentos aos indigentes e sementes e cereais para que as câmaras municipais repartissem entre os agricultores. Dessa maneira, como não havia contrapartida por parte do sertanejo desvalido pelo

socorro recebido, ele era considerado direto. No caso das secas na região Nordeste, esse tipo de socorro público foi praticado até a primeira metade do século XIX. Por isso, na seca de 1845-1846 foram executados os procedimentos presentes na lei de 1827, sendo por isso, os sertanejos desvalidos socorridos com a distribuição gratuita de feijão, farinha, arroz e carne seca. Esse tipo de socorro era emergencial e, portanto, não trazia nenhum benefício permanente ao Ceará e as províncias da região, a não ser saciar a fome imediata dos famintos desvalidos. O senador Tomás Pompeu em um discurso proferido no dia 5 de outubro de 1869, afirmou que:

O auxílio que, há certos anos a esta parte [Centro-Sul], o Estado tem prestado às províncias para favorecer o desenvolvimento de seu progresso material, e com que muito têm aproveitado, não tocou ao Ceará. As províncias ricas e poderosas, e que por esta razão podiam mais dispensar este favor, digo isto sem censura e nem inveja, foram mais ou menos aquinhoadas, e como que repartiram entre si os benefícios do Estado, excluindo as províncias pequenas desse inventário, como se não fossem irmãs, sem embargo de não serem dispensadas dos ônus, das pesadas contribuições de suor e sangue (NOBRE, 1989, p. 56).

Nesse caso, Pompeu se referia aos mais de seis mil cearenses enviados para lutarem na guerra do Brasil contra o Paraguai (1861-1868). Mas, ao Ceará, dizia ele se dirigindo à plateia, cuja população livre era superior a 500 mil habitantes, tinha uma costa marítima com 116 léguas de extensão e uma área de 3 a 4 mil léguas quadradas, não havia sido ainda concedido “um só dos grandes benefícios promotores, ou auxiliares da riqueza pública” (NOBRE, 1989, p. 56). Entre esses, ele destacou um conjunto de obras que tendiam a “auxiliar o desenvolvimento da indústria” como a construção de linhas ferroviárias, navegação costeira e fluvial, entre outras, em que o “estado despense centenas de milhares de contos” (NOBRE, 1989, p. 56). Reivindicações como essas eram apresentadas pelas outras províncias da região também atingidas pelas secas, mais caíam no esquecimento porque os sacrifícios de sangue e o tamanho do território não eram suficientes para justificar o apoio financeiro do Império.

O governo de Pedro II tinha como critério subsidiar províncias, cujas economias tivessem algum produto de exportação, a exemplo do que ocorria

com o açúcar no Rio de Janeiro, o chá mate do Rio Grande do Sul, o café em São Paulo e a pecuária em Minas Gerais. Essa política de favorecimento à agroexportação foi interpretada por Chico de Oliveira (1993) como um esforço de construção de uma hegemonia burguesa. Porém, a realidade foi que abertos os portos às nações estrangeiras e liberalizada a economia em 1810, cada província foi abandonada à sua própria sorte. Nesse contexto, as duas variáveis básicas para o progresso de cada uma delas eram as condições naturais de cada região e uma disciplina do trabalho que dispunha os indivíduos para a acumulação de renda, pois como inferiu Thompson (1998, p. 304) “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura”.

Na região Sudeste, em maior ou menor medida, essas duas variáveis se complementaram, produzindo efeitos positivos sobre a renda. Mas, no Nordeste, onde a condição climática era precária e esmaecida, a disciplina capitalista pela persistência de um tempo natural balizador da cultura rural, o progresso material caminhou a passo lento. Assim, além de poucos os valores da economia de mercado, as condições ambientais eram desfavoráveis. Apesar disso, essa região progrediu, ao longo dos séculos XIX e XX, tanto quanto a sua vizinha, a região Norte, onde havia água em abundância e solos férteis, embora em ambas o fator “mudança cultural” tenha sofrido pouca alteração. O esperado seria que tendo a vantagem da condição natural favorável, a região Norte houvesse progredido mais que a sua vizinha. Se o limitado progresso do Nordeste entre 1877 e 1932 não se deveu a uma maior disciplina capitalista do trabalho, nem às suas condições naturais reconhecidamente inferiores em relação ao Norte, a que se deveu evolução das suas condições estruturais, ou melhor seu processo de urbanização?

Utiliza-se aqui a palavra “progresso” e não “desenvolvimento” pelo fato de que a primeira no século XIX era associada tanto ao termo francês *civilization* que significava crescimento urbano, quanto ao termo alemão *kultur* relativo às coisas do espírito. Já a segunda guardava inteira relação com o processo de industrialização vivido pelas sociedades latino-americanas na segunda metade do século XX. Contudo, na Inglaterra – berço da Revolução Industrial – o termo progresso incorporou tanto as transformações urbanas quanto a

disseminação das maquinofaturas. Na região Nordeste do Brasil, se deu a particularidade da ideia de “progresso” ser associada de modo predominante às mudanças ocorridas no processo de urbanização, como aquelas destacadas por Sebastião Ponte (2010) entre 1860 e 1930.

A urbanização das capitais do Nordeste nesse período se deu, em grande parte, apoiada na mão de obra desvalida sertaneja e nos recursos enviados pelos governos do Império e da República sob a rubrica “socorros públicos”. Esse processo urbanizatório e civilizacional se torna ainda mais importante, considerando-se que não houve por parte do governo do Império nem dos provinciais, um projeto de progresso condizente com as condições naturais da região, onde as secas afetavam a produção agrícola para o abastecimento e diminuam o comércio interprovincial. Ele residiu no fato de que se procurou implantar a ideia de “combate às secas” por meio do emprego de trabalhadores em obras públicas contra as secas para promover o progresso das províncias. Na seca de 1845-1846, o governo do Império cogitou pela primeira vez implementar essa medida. De acordo com o presidente da província do Ceará, Correia de Vasconcelos, durante essa seca:

O Governo Imperial, reconhecendo a necessidade que havia de dar trabalho ao povo que ficou reduzido à última extremidade por causa da seca, ordenou-me que o empregasse da maneira a mais conveniente a Província, e fez partir para esta, a fim de dirigir e encarregar-se das obras públicas, o 1º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros Juvêncio Manoel Cabral de Menezes (ARQUIVO CE, 1847, p. 18).

No entanto, não houve um esforço efetivo por parte do governo do Ceará de aproveitar os trabalhadores desvalidos em obras públicas. De acordo com Tomas Pompeu (1877), se referindo à seca de 1845-1846, o governo da província cometeu a imprudência de não aproveitar a mão de obra disponível, preferindo dar ao povo esmola ao invés de serviço e salário. De acordo com ele, o presidente da província era um homem muito honesto, “porém de espírito muito acanhado, consentiu na aglomeração de dezenas de imigrantes, que durante muitos meses viveram da distribuição diária de farinha, etc.” (ARQUIVO CE, 1847, p. 18). Opinião semelhante tinha Pedro Theberge acerca da demora do presidente Inácio Correia de Vasconcelos em utilizar em “dispor dos fundos gerais, a

fim de acudir aos pobres. Esta medida era urgente, e outro presidente menos timorato e mais enérgico já teria lançado mão dela” (apud GIRÃO, 2000, p. 323).

De fato, o presidente da província não tomou as medidas indicadas pelo Governo do Império porque nessa seca se adotou o mesmo procedimento empregado nas secas anteriores, como a de 1827 – distribuir alimentos entre as famílias para que elas pudessem suportar o término da estiagem. Se os governos locais titubeavam no emprego da política do socorro com a contrapartida do trabalho, a igreja católica por sua vez empregou muitos desvalidos na construção de capelas e cemitérios. De acordo com Raimundo Girão (2000, p. 323) durante a seca de 1845-1846, o capuchinho italiano Frei Serafim de Catânia abriu uma missão em Fortaleza. Tal fato:

(...) ainda mais atraiu a população para esta, e aumentou a afluência dos retirantes, que entraram a entregar-se ao roubo, sem que o missionário os pudesse conter. Todavia, pôde aproveitar a muitos braços inativos, dando execução a um calvário em frente à matriz, obra ao gosto italiano, que erigiu por meio de contribuições tiradas aos ricos, com os quais pagava o serviço dos pobres, ainda que por um preço insignificante.

Em Teresina, no Piauí, frei Serafim edificou a igreja de São Benedito, cuja pedra fundamental foi colocada em 1874. Na seca de 1877-1879, a obra avançou com o emprego de desvalidos atendidos pelos socorros públicos. Em Fortaleza, além da prática do socorro indireto, colocada em exercício, o religioso deu início também pela primeira vez na seca de 1845-1846, a ideia de abrigar os retirantes, enquanto durasse a seca para que pudessem explorá-los em obras de utilidade religiosa.

[...], insinuado pelo referido missionário, deu princípio a certas obras públicas, cujo serviço, sendo em parte executado pelos indigentes, foi lhes retribuído ou com os mantimentos ou com dinheiro; e como eles andavam arranchados nos matos ao redor da cidade, expostos as intempéries, mandou levantar no campo d'Amélia grandes palhoças, em que se agasalham muitas famílias retirantes (GIRÃO, 2000, p. 323).

Esse foi, provavelmente, o primeiro abarracamento de retirantes construído no Ceará, cujo formato serviu de modelo àqueles disseminados nas províncias nordestinas do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, de forma generalizada a partir da

seca de 1877-1879. Sua configuração arquitetônica remontava os aldeamentos jesuíticos empregados nos séculos anteriores, durante a colonização portuguesa para gerenciar o trabalho indígena. Porém, sendo construída no lugar da oca, a palhoça do retirante e no lugar da capela do vigário, o barracão do chefe da comissão. A aglomeração de flagelados trazia um problema sanitário. Mas, como o socorro era direto, havia menos incentivo à migração e o sertanejo não se debilitava pelo trabalho.

De acordo com Tomás Pompeu (1877), nas secas anteriores a 1877 “em geral não morreu ninguém à fome”. Mas, a oferta de alimentos provenientes do socorro público e particular estimulava a “aglomeração de povos em habitações insuficientes fez logo desenvolver moléstias, que levaram muitas vítimas”. Para ele, o problema não consistia em aglomerar os retirantes, mas sim em amontoá-los em “habitações insuficientes”. Por esse motivo, defendeu os abarracamentos de desvalidos, desde que coordenados pelo governo da província, como veio a acontecer na seca de 1877-1879. Mas, fossem organizados pela igreja ou pelo poder público, os desvalidos das secas foram acometidos por diversas moléstias, como o tifo, o beribéri e a varíola e precisaram trabalhar, na maior parte das vezes, por um prato de comida por serem escassas as gratificações em dinheiro.

3 POMPEU E A ARTICULAÇÃO DA BANCADA CEARENSE

A política de socorros indiretos, embora concebida, não foi executada na seca de 1845-1846, mas em 1877 uma nova possibilidade surgiu. Neste ano, como nas anteriores, a seca foi vaticinada pela prática cultural de adivinharia mais comum no Ceará – a que considerava que se até o dia 19 de março (dia de São José) não chovesse, não haveria inverno. A despeito da falibilidade desse costume, no dia 2 de abril, tendo a seca sido declarada, o senador Pompeu começou a organizar a bancada cearense na Câmara e no Senado. Ele enviou uma carta ao deputado Tristão de Alencar Araripe, lembrando-lhe de fazer uma reunião dos senadores e deputados cearenses para tratar das circunstâncias em que se achava a província do Ceará em relação à seca que começava a “declarar-se”.

O uso dessa expressão indicava que a seca era um produto não apenas da falta de chuvas, mas

também do esforço político para efetivá-la por meio da sua divulgação no parlamento, na imprensa e nos centros científicos. No Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, o problema das secas foi debatido em sessões nas quais se avaliaram os projetos Gabaglia e Capanema. O primeiro consistia em uma série de medidas como fiscalizar o comércio interprovincial, combater a violência e a desobstrução de rios e canais para facilitar o escoamento e o acúmulo de água durante o inverno. O segundo defendia a armazenagem de água em cisternas, o acúmulo de grãos em silos, a fenação de capim e o ensino de modernas técnicas agrícolas aos sertanejos em escolas de agronomia a serem fundadas na região, como estratégias básicas de convivência com as secas.

Gabaglia era um crítico à tese defendida pelo grupo político liderado pelo senador Pompeu de que a seca era um óbice ao progresso da região Nordeste, como de resto os demais membros da Comissão Científica de Exploração. Mas, o fato dele incluir no seu plano um conjunto de obras hidráulicas como a desobstrução de rios e a construção de canais, fez com que seu projeto ganhasse mais visibilidade do que o proposto por Capanema. O astrônomo costumava repetir que na província havia a premissa geral de que as chuvas eram escassas e isso era uma máxima imbuída no povo cearense. Ironizava dizendo: “Falências por causa das secas, emigrações pelas secas, decadência e ruína geral pelas secas, secas para aqui e secas para acolá e tudo o mais que é possível imaginar. Consulte-se com calma o que há de provado, e se tudo é devido à causa exibida” (GABAGLIA, 1861, p. 28).

Em 1878, durante a sessão do Instituto, na qual o plano Gabaglia seria discutido, o barão de Capanema decidiu faltar, por considerar já haverem os seus integrantes se decidido acerca do melhor projeto. Dizendo-se enfermo, enviou uma carta ao Instituto na qual declarava que a questão a ser refletida era “ociosa” porque as “condições climatológicas que subsistiam na época terciária, atravessando todos os períodos geológicos até hoje, não é a débil mão do homem, que agora as poderá alterar” (ALVES, 2003, p. 198). Para Capanema a questão era outra, “de execução relativamente fácil e de resultados seguros. Já se sabe que cada geração do Ceará passa por duas secas, é uma calamidade periódica; como é impossível fazer chover à vontade, previnam-se os meios para arrostá-la

placidamente” (ALVES, 2003, p. 198), ou seja, de minimizar os seus efeitos sobre a população sertaneja. Com isso, ele defendia a ideia de que o sertanejo precisava aprender a conviver com a seca ao invés de tentar combatê-la.

O barão concordava com Pompeu acerca da periodicidade da seca, mas discordava quanto ao encaminhamento a ser dado ao problema. Mas, a diferença era ainda mais profunda porque ele tinha um pensamento muito diferente de Pompeu quanto ao papel do governo e da população no enfrentamento às secas. Capanema compreendia que ao poder público cabia educar o sertanejo para que modernizasse as técnicas de agricultura e pecuária, por meio de escolas de agronomia e de uma série de outras medidas que tinham como finalidade a adoção de práticas preventivas e empreendedoras.

(...) indispensável animar a iniciativa do povo; que lhe mostrem com fatos o resultado que ele deve atingir; aquilo que ele vê, o convence: o que só dificilmente se conseguirá com instruções, receitas, etc. Não se deve habituá-lo a esperar tudo do governo; este tem por dever cuidar de outros melhoramentos, como seja promover a arborização, lembrando-se, porém que isso depende de ensaios para afirmar um procedimento eficaz; uns lugares se prestam mais que outros, torna-se necessário adaptar processos às diversas condições locais, em relação à posição, terreno e clima (CAPANEMA, 1878, p. 18).

Já o projeto Gabaglia estava em consonância com os interesses das elites políticas do Ceará que consistia em habituar “o povo a esperar tudo do governo”. Mas, não foi no Instituto que se definiu a política de socorros públicos para o Nordeste. Esse órgão cumpriu apenas o papel de legitimação técnica da solução hidráulica endossada pelo grupo Pompeu. Diante da anuência dos deputados da Câmara para se formar uma comissão para tratar do problema, Araripe marcou uma reunião para o dia 6 abril. A evidência de que quem articulava a bancada era Pompeu ficou evidente quando ele não podendo comparecer à reunião, ela foi adiada. No dia 14, o ministro do Império pronunciou um discurso favorável à assistência aos desvalidos da seca de 1877, no caso dela piorar, selando um acordo em reunião fechada com a representação cearense.

Com isso, a bancada decidiu naquele momento não representar ostensivamente contra o governo sobre o estado da seca na província. Mas, caso ela

se agravasse eles procurariam estabelecer um novo acordo. A questão era que o agravamento da seca dependia mais da capacidade das elites, do que da dinâmica das condições climáticas em transformá-la em calamidade por meio da imprensa. O Ceará era a província mais organizada em termos de articulação política, como anotou o senador pelo Piauí, João Lustosa (marquês de Paranaguá) dizendo “aquela província [Piauí] não brada como a do Ceará, porque não se organiza em seu favor uma comissão central subdividida, estendendo-se como uma rede nesta grande superfície” (CASTRO, 2009, p.200).

Essa articulação girava em torno da ideia de que o Ceará estava em desequilíbrio material em relação ao Centro-Sul e o aproveitamento de trabalhadores em obras públicas era o caminho para equacionar o problema. Por isso, o senador Pompeu, mesmo com a saúde fraca, publicou um artigo no qual “pugnou pela realização de um plano de estradas capaz de atender as necessidades das populações interiores, no caso de emigração forçada pela seca, que então se manifestava” (ALVES, 2003, p. 172). Contudo, o senador não pretendia ver o povo abandonando a província, pois os “povos de toda a província em vez de emigrarem para o norte e o sul, em demanda de meios de vida, ou mesmo de recorrerem à capital, se agrupariam nos pontos servidos pela linha férrea, onde havia fácil e pronto socorro” (ALVES, 2003, p. 172).

Com isso, se facilitaria os socorros aos sertanejos desvalidos, evitando-se o abandono da província e sua perda de braços. Mas, principalmente, a “perda da seca” porque quem controlava os retirantes, controlava a seca. Esse plano permitiria ainda evitar as aglomerações de flagelados variolosos em Fortaleza e os seus efeitos nefastos sobre os habitantes. A estrada era justificada mais como obra de socorro público do que como fator de infraestrutura para escoar a produção. Com isso, ela serviria mais para o transporte de passageiros desvalidos até Fortaleza, do que para o trânsito de mercadorias, como ocorria no Centro-Sul do Brasil e nas regiões desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos.

A aprovação e implantação da proposta de socorros indiretos no Ceará, e nas demais províncias afetadas pelas secas, dependeram de três fatores: do prolongamento da seca de 1877, da capacidade de articulação política das elites e da conjuntura

de disputa do poder no Império do Brasil. Coincidentemente, em 1878, quando a seca entrava pelo seu segundo ano consecutivo, D. Pedro II nomeou João Lins Vieira Cansação de Sinimbú para presidente do Conselho de Estado do Império. Essa nomeação ocorreu no contexto da crise política iniciada em 1868, “quando Pedro II, fazendo uso das atribuições do Poder Moderador, substituiu o gabinete progressista de Zacarias de Góes e Vasconcelos pelo do conservador Visconde de Itaboraí” (VIANA, 2006, p. 17). O fato das eleições não serem confiáveis, obrigava o rei a destituir um gabinete e escolher outro para evitar a eternização de um partido no poder. Isso gerava descontentamentos entre os destronados e a sensação de dependência entre os entronados. Fazia-se premente a realização de uma reforma eleitoral. Com essa finalidade, Sinimbú foi guindado à presidência do Conselho de Ministros.

4 A OLIGARQUIA ACIÓLI E O PROJETO POMPEU SINIMBÚ

A execução de obras, em tempos de secas, como açudes, estradas de ferro, pontes, escolas, igrejas, calçamentos, aterros e prédios públicos no Ceará e no Nordeste se deu a partir de 1877 com a aprovação do projeto Pompeu Sinimbú. Posteriormente, passaram a predominar as obras da grande açudagem, chamadas de obras “contra as secas”. Como esse projeto se efetivou? Embora a ideia de se utilizar a mão de obra desvalida para realizar obras públicas existisse desde a seca de 1845, ela não se tornou oficial até a seca de 1877. Nesse ano, o senador Pompeu, depois de retornar ao Ceará com a saúde debilitada, considerou a possibilidade de passar o comando da família. Em uma carta ao seu amigo visconde de Sinimbú, ponderou que caso sua situação se agravasse, ele poderia tratar de negócios políticos diretamente com seu genro Nogueira Acióli que “era a influência política mais poderosa do sul da província por sua numerosa família” (CAMARA, 1960, p. 115).

Linda Lewin (1993, p. 113) se referindo à Paraíba, observou que para os políticos da oligarquia estadual fazer parte de uma parentela ou de uma família extensa constituía a “mais importante afiliação organizacional”. Além disso, havia uma associação entre parentela e clientelismo que se fortaleceu com a política de obras contra as secas.

Pompeu em carta endereçada ao visconde no dia 7 de agosto de 1877, apesar de duvidar da ascensão dos liberais, escreveu-lhe que no caso de uma mudança política, tornava a lembrá-lo das instruções que havia deixado em suas mãos, “pedindo-lhe que não admitisse a “mínima modificação”. Lembra-lhe os nomes do “dr. Antônio Sabino do Monte para chefe de polícia, e o do dr. Augusto Pinto Alves Pequeno para secretário da presidência desta província. São dois moços inteligentes e honestos em quem deposito inteira confiança” (CAMARA, 1960, p. 114).

Por isso, com o falecimento do senador no dia 2 de setembro de 1877, embora Tomás Pompeu Filho fosse seu substituto natural na chefia da família, essa tarefa foi incumbida a Acióli. O visconde de Sinimbú, na carta que enviou em 1º de outubro, oferecendo suas condolências à família, declarava apoio ao filho e não ao genro. Dizia que nele, Pompeu Filho acharia sempre estima e amizade que lhe deviam “merecer os filhos daqueles de quem sempre fui amigo sincero e dedicado. Mande-me suas ordens, e creia que sou” (CAMARA, 1960, p. 5). Por se tratar de uma carta de pesar, é natural que ele se dirigisse ao filho e não ao genro.

Porém, Tomás Pompeu Filho não teve a mesma projeção do pai, que soube conjugar o exercício da política com uma vida intelectual. Além de chefe do Partido Liberal do Ceará foi autor de obras como um *Ensaio estatístico sobre a província* que, segundo Manoel F. Sousa Neto (1997), teria influência humboldiana. Por isso, embora o filho houvesse tentado seguir os passos do pai, ele não obteve o mesmo sucesso, confirmando a assertiva de Max Weber (1971, p. 10) que antepunha o sábio ao político, pois para o sociólogo alemão, a ciência e a política eram duas vocações profundamente divergentes. Pompeu Filho foi eleito deputado provincial uma vez, mas perdeu três eleições seguidas que lhes custaram cerca de 60 contos de reis. Em 1889, decidiu não concorrer, preferindo ir trabalhar na Fábrica de Fiação fundada pelo tio Antônio Pompeu e seu cunhado Nogueira Acióli. Por outro lado, Acióli consolidava sua liderança política, sendo eleito presidente do estado em 1888 e dando início à oligarquia Pompeu Acióli que governou o Ceará até 1912.

Entretanto, tanto na Câmara quanto no senado, a tentativa de implantar o projeto Pompeu Sinimbú, por meio da política de socorro indireto, esbarrou

em dissonâncias partidárias de outras bancadas nordestinas, devido à exclusividade do Ceará em relação ao volume de recursos a serem destinados ao socorro às vítimas das secas. O senador, marquês de Paranaguá, defendendo os interesses do Piauí, contestou a distribuição dos recursos, dizendo:

Sr. Presidente, este projeto que concede ao governo um crédito de 400:000\$ para trabalhos públicos na província do Ceará acha-se, a meu ver, prejudicado por uma medida mais ampla, mais completa e, direi mesmo, mais justa, vinda da outra câmara, e votada nesta Casa há poucos dias. Refiro-me ao crédito de 2.000:000\$ para socorros públicos nas províncias assoladas pela seca (ANAIS DO SENADO, 1877, p. 219).

A disputa por recursos fez alastrar a seca, na medida em que ela deixou de ser um problema provincial, para se tornar regional. Segundo Edson Barbosa (2013, p. 312-313), em 1877, a “imprensa piauiense apontou a estiagem como um fenômeno que afetava somente a Província do Ceará e, em menor escala, Paraíba e Pernambuco”. Contudo, em 1878, quando cresceu o volume de recursos para a região, através da oficialização do projeto Pompeu Sinimbú, Barbosa embora não faça essa correlação, nota que “a caracterização da seca, como fenômeno social que exigia a ação do poder público, passou a aparecer também como reivindicação na imprensa piauiense”. Isso provocou a migração interna e interprovincial, estimulada pelas elites políticas, porque sem retirantes não havia seca. Assim como o Piauí, as bancadas da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia passaram a pleitear recursos do Governo do Império para a realização de obras públicas com o emprego de trabalhadores retirantes. De acordo com Graciela Gonçalves (2000, p. 8), na Bahia, durante as secas de 1888-1890 e 1898-1900, passou a haver “uma maior preocupação em objetivar a seca, em torná-la um elemento relevante à ‘natureza’ do sertão frente aos olhos daqueles que não conviviam com o problema diretamente”.

Contudo, durante a seca de 1877-1879, coube ao Ceará a quase primazia sobre o recebimento de recursos devido ao compromisso assumido por Sinimbú com a família Pompeu. O projeto Pompeu Sinimbú começou pelo Ceará porque os conselheiros consideravam que de “todas as províncias do Norte [Nordeste] a que tem sido mais vexada pelas secas em diversas épocas, entende o Ministério que por ela deve começar a tentativa que vai fazer”

(GONÇALVES, 2000, p. 8). Luiz Alípio Pereira da Silva observou que:

Justificados pelo abandono em que ficaram as demais províncias atingidas pela crise [climática], pois, em toda a discussão surgida em 1877, o Ceará foi a única Província focalizada, como se fosse a única a sofrer a calamidade. Os representantes das demais províncias silenciaram, como se temessem atrair para eles a censura política dos dominantes ou desejassem negar a existência do flagelo (ALVES, 2003, p. 217).

Por trás desse melindre em negar a seca, estava a defesa dos interesses descentralizadores do poder. De acordo com Nabor Carneiro, na segunda metade do século XIX, os partidos se dividiam em função de posições centralizadoras e provinciais (CAVALCANTI, 1866, p. 21). No Nordeste, com a ascensão dos liberais em 1878, o projeto Pompeu Sinimbú representou a possibilidade de integrar as elites da região em torno de uma maior autonomia para as províncias, por meio da bandeira da seca. Mesmo com o retorno dos conservadores ao Conselho da Coroa em 1880, com a nomeação de Saraiva, o processo de politização da seca na região se tornou irreversível, após a consecução do modelo de socorro indireto. Em grande parte, isso se deveu ao senador Pompeu de Sousa Brasil que “foi um dos homens de maior prestígio do Ceará, chefe de um partido político que continuou dominando depois de sua morte” (ALVES, 2003, p. 173). Antes de falecer, Pompeu passou o comando da família para seu genro Nogueira Acióli que estabeleceu na província uma poderosa oligarquia nepotista que governou até 1912, quando foi derrubada por uma revolta popular.

Mas, no que consistia o projeto Pompeu Sinimbú? Segundo seus idealizadores sua ideia central era “Tirar vantagem da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis tantos braços ociosos”, sendo esse o “pensamento fundamental do projeto” (MENSAGEM DO CONSELHO DE ESTADO, 1970, p. 3-5). Ou seja, não evitar a calamidade social provocada pela seca, mas ao revés, tirar vantagem do problema. Isso foi feito por meio do emprego de sertanejos desvalidos em obras públicas, com o objetivo de promover o progresso das condições materiais do Ceará em crescente desequilíbrio em relação às províncias do Centro-Sul. Essa política foi executada durante as secas que afetaram a região Nordeste ao longo da segunda metade do século XIX, se estendendo até 1959.

Entre as obras escolhidas, se dava preferência pela construção de estradas de ferro, que partindo de um porto navegável se prolongariam pelo interior, “na direção de cidades e vilas já fundadas e dos centros produtores” (Ibid.). Se por um lado, em tempos de regularidade climática, as estradas de Baturité e Sobral poderiam servir para escoar a produção agrícola, durante as secas eram empregadas para o deslocamento de retirantes para Fortaleza como logística ao projeto de gerenciamento da mão de obra desvalida, sendo mais importante para a realização do progresso na região do que as atividades produtivas, cujo descrédito derivava da noção de secas periódicas. Seguindo a lógica inerente ao projeto, o meio mais eficaz para minorar os efeitos das estiagens era o da construção de vias férreas, por meio da qual os habitantes do interior pudessem “receber os socorros de toda parte, ou como recurso extremo, buscar na emigração lenitivo aos seus padecimentos” (Ibid.). Porém, devido ao plano de socorros centralizados no litoral, a regra foi sempre o abandono dos domicílios e não a remessa de gêneros, acarretando problemas de gestão e até o colapso administrativo de algumas cidades do interior do Nordeste.

O interesse pelo progresso material vigorou por todo o século XIX e se referia basicamente à urbanização, enquanto a noção de “desenvolvimento” pertence ao século XX e alude basicamente à industrialização. Mas, o progresso do Nordeste foi no mínimo peculiar como constatou José Tanísio Vieira (2000, p. 109) ao destacar o paradoxo de ter o Ceará sido o palco de “uma experiência urbana no mínimo diferente” porque “não obstante a constatação do caos com inúmeros mortos e sequelas profundas, a população local – incluindo-se aí milhares de retirantes vindos de todas as partes da província – presenciou a construção do maior número de obras públicas já realizadas em Fortaleza”. Essa realidade foi percebida pelo juiz interino de direito do município cearense de São João do Príncipe, José André dos Santos. No final de 1877, quando a seca já se encaminhava para o seu primeiro ano, ele compreendeu o sentido da política de socorros públicos empregada até aquele momento, considerando como acertadas as medidas tomadas pelo governo da província de utilizar a força de trabalho disponível “com o louvável fim de duplicar dois bens: o sustento, a mísera pobreza e o progresso material das localidades em cujo empenho faz evitar a emigração desta província que

em seu auge promete despovoá-la” (ARQUIVO CE, 1877).

Mas a migração interna, ou seja, circunscrita aos limites territoriais do Ceará, desde que sob o controle dos defensores do projeto Pompeu Sinimbú, era absolutamente necessária. Com isso, a ameaça de despovoamento era um efeito colateral do próprio projeto e do seu caráter migracionista. O projeto Pompeu Sinimbú deu ao Nordeste um impulso no seu estágio de urbanização, mas isso não se refletia nas condições econômicas da população porque a geração de emprego e renda se dava com mais intensidade apenas nos períodos de secas, quando se equilibrava a relação entre receita e despesa no orçamento das províncias. Em grande parte, esse reequilíbrio se devia aos recursos remetidos pelo Governo do Império para socorrer as vítimas das secas por meio do trabalho. Em 1889, um trabalhador empregado em uma obra pública recebia diária de cerca de 800 réis, valor inferior ao que recebia um trabalhador do setor algodoeiro em 1870 que era de cerca de 1.280 réis. Não obstante o baixo valor da diária, o empregado em obra pública experimentava um processo inflacionário durante a seca, que recaía sobre o consumo de gêneros alimentícios, por serem escassos no comércio local. Para aqueles que recebiam socorro, o pagamento era feito em gêneros alimentícios e não em dinheiro, sendo essa forma de remuneração mais comum entre os retirantes. Quando a migração se intensificava, havia a diminuição do tamanho da cesta básica ou a oferta de alimentos deteriorados. O socorro indireto, pago como fosse, era o principal responsável pela migração campocidade, pois nos centros urbanos como Fortaleza, João Pessoa, Natal e Recife se concentrava o maior volume de recursos para os socorros aos retirantes e a realização de obras públicas.

Celso Furtado (1997, p. 421-442) percebeu que “os efeitos calamitosos das secas têm suas causas profundas nestes dois aspectos: baixa produtividade da economia da região e incidência maior sobre a agricultura de subsistência”. Não obstante, ele observa que “o excedente de população só se manifesta em toda sua crueza nos anos secos”. Essa manifestação não era espontânea, mas consequência da política de progresso previamente arquitetada pelas elites cearenses. Assim, embora a produtividade agrícola do Nordeste fosse menor que a do Centro-Sul, sua fragilidade se devia não à baixa produtividade, mas ao não emprego e mesmo ao

atraso de técnicas de conservação de grãos, água e forragem, como constatado, em 1861, pela Comissão Científica de Exploração no relatório apresentado ao rei Pedro II. Mas, a implantação do Projeto Pompeu Sinimbú com seu viés migracionista, teve como reflexo social transformar a capital cearense na “capital de um reino pavoroso” como expressou Frederico Neves. Expressão essa que poderia ser atribuída também às demais capitais nordestinas em um contexto de seca.

O pavor provocado pelas multidões de retirantes miseráveis e famélicos era o preço a se pagar pelo progresso material, como a construção da rede ferroviária formada pelas estradas de Baturité e Sobral, a edificação de pontes, igrejas, escolas, prédios públicos e açudes nas terras de potentados. O senador Pompeu, por exemplo, tinha particular interesse na construção da estrada de ferro de Baturité por ser um dos seus proprietários, quando em 1870 fundou a Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité juntamente com Joaquim da Cunha Freire (Barão de Ibiapaba), Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquiraz), o engenheiro civil José Pompeu e o negociante inglês Henrique Brocklehurst. Entretanto, o empreendimento começou a se tornar desinteressante por força da Lei eleitoral n. 6.097 de 1876 (FERREIRA, 2001), porque preconizou maior regulação na realização de obras públicas. Com isso, obstaculizou os negócios da estrada de ferro porque impediu que seus proprietários pudessem realizar contratos com o governo.

Se isso fosse possível durante a seca de 1877-1879, a estrada seria concluída com mão de obra desvalida empregada em “obra pública”. Em razão disso, a solução que se aventou foi vendê-la ao governo central por meio do Decreto n. 6.918, pelo qual o Ministério do Comércio, Agricultura e Obras Públicas abriu um crédito extraordinário de 9 milhões de contos de réis “para o pagamento do resgate da estrada de ferro de Baturité e das despesas do seu prolongamento até Canoa, mas também da construção das estradas de ferro de Sobral e Paulo Afonso”. (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1878). No mesmo dia, o senador Sinimbú assinou outro Decreto, o de n. 6.919, tratando exclusivamente do resgate da estrada de ferro de Baturité. O decreto não discriminava os valores empregados no resgate da estrada, no seu prolongamento nem quanto seria gasto na construção da estrada de Sobral e na de Paulo Afonso. No entanto, ele é claro ao afirmar que as ações da estrada

seriam permutadas por apólices da dívida pública interna do Império.

Segundo Raimundo Ribeiro, em 1878, o engenheiro João Ernesto Viriato de Medeiros apresentou ao presidente do Conselho de Estado – Cansação de Sinimbu – à época ministro da agricultura, um plano para a assistência da população do Ceará nas épocas calamitosas. Nesse plano, ele opinou pela construção imediata de três estradas de ferro destinadas a servirem às zonas Norte, Central e Sul do Ceará (RIBEIRO, 1920, p. 331). No entanto, Ribeiro observa com pesar que a “política de assistência às zonas da seca” iniciada pelo gabinete Sinimbu e representado no Ceará pelo presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros, não foi continuada pelo ministro que o sucedeu, José Antônio Saraiva. Inferiu Raimundo Ribeiro que se tivesse ocorrido a “execução total do plano referido”, com alguns acréscimos e modificações; isso poria os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco em perfeita guarda contra os efeitos de calamidades futuras e traria uma considerável renda ao tesouro federal, que, dentro de poucos anos recuperaria as despesas com as construções.

O projeto Pompeu Sinimbu não foi executado na sua totalidade no triênio 77-79 porque em 1885 o Imperador, o exonerou do cargo da presidência do Conselho de Estado, substituindo-o por José Antônio Saraiva. Entretanto, a bancada nordestina, e a cearense em particular, atuaram no sentido de defender a continuação do projeto, a despeito dos seus graves problemas sociais, como mortalidade, mendicância, exploração sexual, aumento do número de órfãos e da violência (SOUSA, 2004). Por isso, presidentes sem ligação com os liberais cearenses enviados a assumir o governo da província como João Aguiar e Henrique d’Ávila tentaram criar planos que evitassem o abandono dos domicílios, mas foram rechaçados politicamente (CARVALHO, 1980, p. 36). Assim, como foi rechaçado o projeto barão de Capanema de evitar a migração durante as secas. Embora discordasse do uso de cisternas indicadas por ele, Rodolfo Teófilo afirmou que quem “possuía um depósito d’água regular e podia preservá-lo do furto do peixe, atravessaria o flagelo sem passar por grandes privações” (TEÓFILO, 1922, p. 81). Teófilo se referia aos pequenos açudes e defendia sua construção ao invés dos grandes, preferidos pelos governos provinciais.

De fato, o que provocava a deterioração social da população era a migração e não a falta d’água. Apesar disso, ele apoiava a utilização da mão de obra desvalida para a realização de obras, propondo seu emprego na construção de pequenos açudes, além do Porto de Fortaleza e na estrada de ferro de Baturité (TEÓFILO, 1922, p. 107). O projeto nascido no Ceará de transformar a seca em vetor do seu progresso material não se limitou a essa província. Em Pernambuco, o governo também implantou o socorro indireto. O presidente Francisco Maciel justificou a adoção desse modelo com o “intuito de não tornar-se de todo improdutivo a despesa com os socorros e de evitar os perigosos efeitos da ociosidade” (RELATÓRIO, 1878, p. 4). Com isso, ele resolveu “continuar a aproveitar os serviços dos retirantes, autorizando diversas obras e melhoramentos públicos”, além dos ordenados pelo seu antecessor (RELATÓRIO, 1878, p. 4).

O modelo de socorros públicos indiretos não se expandiu às províncias do Nordeste por decisão das elites cearenses ligadas à oligarquia Pompeu Acióli, visto que nada tinham a ganhar com essa expansão, e, por conseguinte, com a divisão dos recursos financeiros disponibilizados pelo governo do Império. Porém, seria muito difícil que o projeto permanecesse restrito ao Ceará porque a seca era um problema que afetava quase toda a região e as elites políticas viram nela a oportunidade de obterem apoio do governo do Império para realizarem o progresso material de suas províncias também em descompasso em relação as do Centro-Sul. Com isso, a seca e os socorros públicos uniformizaram o flagelo e os flagelados porque como constatou o presidente de Pernambuco em 1878 “Nesses trabalhos têm sido empregados os retirantes, quer do interior desta província, quer das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba” (RELATÓRIO, 1878, p. 4), sendo indiferente para as elites a origem da mão de obra, conquanto ela permanecesse na região.

Em 1889, com o fim da monarquia, a família real se preparava para voltar a Portugal. Ainda assim, Capanema escreveu ao rei deposto para reclamar, dizendo que “a luta inglória com uma administração vacilante que ora decidia isto, ora aquilo, tomava-se todo o tempo, e interrompia a cada passo qualquer trabalho que eu intentasse” (BNRJ, maço 200, p. 2). Ele não poupou D. Pedro de ouvir suas queixas, dizendo: “Eu procurei tornar-nos independente, dando a lavoura o meio

fácil de livrar do seu maior flagelo” (CAPANEMA, 1889, p. 2). Em 1898, nove anos depois, com o aparecimento de mais uma seca no Nordeste, as medidas propostas pelo geólogo foram finalmente reconhecidas como adequadas para resolver o problema da fragilidade do setor de abastecimento. O herdeiro político do Senador Pompeu, Nogueira Acióli, admitiu que era improficua qualquer “sugestão para convencer a população pobre dos sertões que o meio mais eficaz de precaver-se contra tais infortúnios é prover-se com o excedente dos anos fartos, trabalhar duplamente nas vésperas da calamidade” (MENSAGEM, 1898, p. 24).

Assim, a imprevidência dos sertanejos se devia ao fatalismo, ao “alvedrio de um Deus caprichoso, sempre pronto a fulminar raios contra as classes desvalidas” (MENSAGEM, 1894, p. 24). Apesar disso, Acióli e o seu grupo político não cogitaram em medidas para prover o ensino agrícola ao sertanejo ou divulgar ações de prevenção às secas, que não fossem a construção de açudes. Ao revés, se opôs ao projeto Capanema, fruto das investigações realizadas pela Comissão Científica de Exploração. Também não é verdade que os sertanejos aceitavam a seca de maneira passiva. Acióli desconsiderou as práticas de adivinharias utilizadas para a previsão da quadra chuvosa, que determinavam se o agricultor plantava as sementes ou guardava para se alimentar delas durante a seca, se deixava o gado no campo ou retirava-o para o refrigério das serras (SOUSA, 2014). Ao invés do governo preparar o sertanejo para o advento da seca, preferiu “tirar vantagem da desgraça”, explorando a mão de obra desvalida em trabalhos públicos.

A exemplo das capitais nordestinas, com exceção de Recife – onde Nassau deixou uma marca civilizacional – a Paraíba do Norte (atual João Pessoa), teve seu processo de urbanização retardado ao longo da primeira metade do século XIX. Lígia Silva (2008, p. 2) considera que a despeito disso, “importantes questões urbanísticas da cidade foram pensadas [...] e que havia uma urbanização em curso, apesar das dificuldades administrativas e técnicas”. Dificuldades essas realçadas pela comparação com o processo de remodelação arquitetônica das principais cidades europeias – Londres e Paris – principais referências civilizacionais da época, mas que no caso das capitais nordestinas foram amenizadas na seca de 1877-1879.

Isso foi possível quando um conjunto de reformas urbanas se acentuaram nos municípios da região atingidos pelas secas, seguindo-se o exemplo da política de socorros públicos implantada na capital cearense. Essa política foi executada pelas Comissões de Socorros e Obras Públicas, organização que antecedeu os órgãos de combate às secas instituídos pelo Governo Federal a partir de 1909. O cerne desse modelo era a assistência indireta ao sertanejo desvalido, que se tornou o meio para a realização do progresso material (urbanização) da região Nordeste do Brasil.

5 SECA DE 1900: RETOMADA DO PROJETO POMPEU SINIMBÚ

No início da República, a situação financeira do Brasil era delicada e o presidente Manoel de Campos Sales desejava controlar as despesas dos estados agravadas, em parte, pela crise do encilhamento e pelos desmandos das oligarquias locais. Para presidir o Ceará, foi enviado Pedro Augusto Borges. Mas, segundo Rodolfo Teófilo, ele terminou sendo cooptado por Nogueira Acióli, que lhe prometeu uma cadeira no senado. Nessa época, a seca já havia se tornado a principal bandeira política das elites da região. Por isso, a representação cearense no Congresso Nacional começou a articular a proposição de um conjunto de medidas consideradas proficuas para se executar um “plano geral de assistência pública, que correspondesse no seu elevado alcance, à garantia constitucional dos socorros públicos” (RELATÓRIO, 1901, p. 23). Depois de decidir apoiar Acióli, Pedro Borges se dirigiu ao presidente da República, solicitando-lhe o envio de socorros (recursos) à província pelo regime indireto de trabalho. Com esses recursos, Borges passou a organizar um plano de assistência pública com “a prestação dos socorros com a utilidade dos serviços”. (RELATÓRIO, 1901, p. 24). Seu alinhamento com a oligarquia ficou confirmado quando ele reproduziu no seu relatório provincial de 1901 trechos do Decreto de 1878 que deu origem ao Projeto Pompeu Sinimbú. (RELATÓRIO, 1901, p. 30)

Nos debates na Câmara e no Senado sobre a aprovação de recursos para socorrer os desvalidos na seca de 1900 se consolidou a força das elites cearenses. O projeto de socorro apresentado pelo deputado Francisco Sá, genro de Nogueira Acióli,

à Câmara dos Deputados previu um crédito de 10 mil contos de réis para socorrer as províncias do Nordeste, mas que de fato se destinavam apenas ao Ceará “sendo preferidas, na prestação de socorros, obras de utilidade pública para nelas serem empregados os braços desocupados, os desfavorecidos da fortuna” (MENSAGEM, 1901, p. 34). O projeto demorou mais do que o previsto para cumprir o trâmite necessário, passando pela Câmara e pelo Senado. O motivo do atraso foi que parlamentares de outras províncias como Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte tentaram aprovar emendas para garantir que parte desses recursos fosse para seus estados. A retomada do projeto Pompeu Sinimbu pegou os demais presidentes de província desprevenidos. Anotou a Comissão de Finanças do Senado, que o “governo assim confirmou na sua informação quando declarou que o presidente do Ceará fora o único que solicitara esses auxílios” (MENSAGEM, 1901, p. 36). Mas, a Comissão de Finanças, composta de representantes de diferentes estados do Brasil, tentou a manobra de definir que as verbas fossem destinadas somente à concessão de passagens aos cearenses que quisessem migrar para o Norte ou Centro-Sul. Isso desagradou a bancada cearense porque feriu o objetivo central do projeto Pompeu Sinimbu que era utilizar em obras públicas a mão de obra desvalida.

Em razão disso, Pedro Augusto Borges escreveu novamente ao presidente Campos Sales, reclamando que “a prestação dos socorros restrita à emigração dos cearenses, como opinam o governo e a comissão de finanças do Senado, repercutiu dolorosamente no espírito público, porque, na extensão do seu efeito, seria o despovoamento da província, em proveito exclusivo de outros estados” (MENSAGEM, 1901, p. 37). Borges argumentava que se o crédito foi aprovado para socorrer o estado do Ceará, isso devia ser feito mantendo-se os desvalidos na província e por meio de um sistema de assistência pública através do trabalho, acudindo-se as vítimas do flagelo na “sede do seu domicílio”. Ele entendia por sede os municípios cearenses e os limites territoriais do Ceará e não o domicílio, como se poderia supor, no caso da implantação do projeto Capanema.

Campos Sales respondeu a Pedro Borges dizendo-lhe “não ser possível, ante a própria natureza do flagelo, uma medida de efeitos completos, sobretudo quando outros estados, como Piauí e Rio Grande do Norte, em circunstâncias idênticas

fazem iguais solicitações” (MENSAGEM, 1901, p. 37). A pretensão de outros estados pela verba destinada aos socorros às vítimas das secas levou a embates acirrados na Câmara e no Senado. Isso obrigou o presidente a enviar um telegrama a Pedro Borges pedindo-lhe prudência, pois os representantes dos estados protestavam com atitudes consideradas por ele como “altamente inconvenientes”, no momento em que os poderes federais e estaduais, deveriam “combinar sua ação, a fim de torná-la benéfica, pois não era só a União que cabe responder por esta angustiada situação” (MENSAGEM, 1901, p. 38).

Mas, a bancada cearense composta por nomes como o senador Joaquim Katunda e o coronel José Bezerril, aliados da oligarquia Pompeu Acióli, repeliram com indignação a proposta da divisão da verba, assim como seu uso exclusivo para financiar a migração (SOBRINHO, 1982, p. 194). O parecer da Comissão de Finanças do Senado foi reprovado em votação, passando integralmente o projeto de socorros que vinha da Câmara, sendo aprovado um crédito de 10 mil contos de réis destinados exclusivamente ao Ceará. As elites políticas do Nordeste, como notou Durval Muniz, descobriram a força da arma que tinham nas mãos – o fenômeno da seca – que tornavam esse tema “um argumento quase irresistível na hora de se pedir recursos, em nome de socorrer as vítimas do flagelo, obras públicas, em nome de organizar e promover a distribuição dos socorros” (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 92).

Pedro Borges era contra o que ele chamava de “socorrer expatriando”, caracterizado pelo plano do Governo Geral de conceder aos retirantes passagens para fora dos seus estados. Segundo ele, essa prática forçava os habitantes a se moverem desordenadamente dos pontos mais centrais e remotos do interior para o litoral, “fazendo taboa rasa do seu lar, em busca de outros estados, para onde partem despercebidos de qualquer meio de subsistência” (MENSAGEM, 1901, p. 39). Porém, o plano de socorro centralizado, defendido por Pedro Borges e por José Júlio de Albuquerque Barros, (presidente da província do Ceará, 1877-79), provocava os mesmos efeitos que a migração interestadual, fazendo tábua rasa do domicílio do sertanejo. A defesa da migração interna deixava clara a intenção das elites locais de manterem o controle sobre os retirantes, dentro dos limites do estado para justificarem a remessa de recursos para os socorros. Mas, a migração de modo geral foi uma

prática que se repetiu ao longo das secas, sendo a região Norte e a Sudeste o destino das famílias nordestinas nos séculos XIX e XX.

Eric J. Hobsbawn (1998, p. 50), se referindo às partes desenvolvidas da Europa, onde “morrer de fome já não era uma contingência possível”, salvo algumas exceções, observou que, o que “mais tarde seria chamado de Terceiro Mundo ela (sic) permaneceu endêmica”. No Brasil, o problema social da fome atingiu a região Nordeste por causa do colapso do setor de abastecimento, deteriorado pelas condições climáticas, mas sobretudo pelo abandono da agricultura e da pecuária propugnado pelo modelo de progresso estipulado pelas elites cearenses através do projeto Pompeu Sinimbú.

6 PLANO DE SOCORROS ESTÁVEIS E COMPLETOS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROBLEMA DAS SECAS

Na seca de 1900, o projeto Pompeu Sinimbú passou por uma adaptação através da adoção do Plano de Socorros Estáveis e Completos que representou uma evolução no projeto. Essa mudança caracterizou a política de combate às secas até a década de 60 do século XX. Esse plano começou a ser esboçado na seca de 1898, quando o presidente Nogueira Acióli observou que os “socorros públicos prestados sem plano, urgidos pela crise, se não são inteiramente perdidos para o tesouro federal por melhorarem a sorte dos indigentes, pouco aproveitam na previsão de futuras secas” (MENSAGEM, 1898, p. 26). No Ceará, Nogueira Acióli que já havia governado a província, voltou ao poder sucedendo o presidente Pedro Borges. Ele deu continuidade ao seu plano, passando a criticar a política de esforços intermitentes dos trabalhos públicos, defendendo a “adoção de um plano maduramente estudado e persistentemente levado a efeito” (MENSAGEM, 1901, p. 44-45). Assim como em 1877-1879, mais uma vez, o Ceará estabelecia os rumos da política de progresso da região Nordeste.

A realização de obras nos períodos de normalidade climática era justificada pela alegação de que, como as secas eram periódicas e imprevisíveis se fazia necessário realizá-las de maneira preventiva, para amenizarem seus efeitos quando ocorressem. Segundo, as obras iniciadas durante uma seca e

não concluídas representavam um desperdício de recursos financeiros com a sua deterioração pela exposição às intempéries e pelo abandono.

O engenheiro geral das obras da província Ernesto Antônio Lassance Cunha escreveu em 1900 um opúsculo intitulado *Estudos sobre a seca do Ceará* que foi publicado no jornal *Correio do Povo de Porto Alegre*, quando observou que era impossível evitar os efeitos das secas, mas era possível minorá-los. Porém, em sua opinião, havia imprevidência por parte do governo que somente se lembrava das “secas quando têm de abrir os cofres para completar a miséria do faminto, desmoralizando-o com a esmola, como socorro público” (ALVES, 2003, p. 232). Ora, o socorro público indireto não fora visto em 1877 como desmoralizante porque o sertanejo pagava com trabalho pelo recebimento de gêneros ou dinheiro. Contudo, denominar a forma de assistência empregada naquela seca como “desmoralizadora” era o meio para justificar a mudança na política de combate às secas. A opinião do engenheiro estava apenas em consonância com o novo caminho que devia tomar o modelo de progresso do estado do Ceará. Nesse sentido, para ele:

O que é essencial, seja-me lícito repetir, é a organização de um plano de serviços, cuja execução não seja interrompida ou suspensa, mas perseverantemente continuada, a fim de dotar o Ceará com os meios indispensáveis adequados a afrontar os males que as secas lhe reservem no futuro (RELATÓRIO, 1901, p. 27-28).

As medidas mais indicadas para Pedro Borges eram a construção de açudes para a irrigação de terrenos adjacentes e as estradas de ferro que concorreriam para que não se “desloquem as populações do interior, que ainda poderão aguardar nos lugares de suas residências os socorros que lhes tenham de ser prestados pelo poder público” (MENSAGEM, 1901, p. 26). Aguardar nos “lugares de suas residências” não era o mesmo que em “suas residências”, pois continuaria havendo migração, porém cada vez mais controlada internamente por meio das estradas de ferro. Mas, com a implantação do Plano de Socorros Estáveis e Completos, as massas de retirantes desvalidos se tornaram politicamente desnecessárias porque se poderiam pleitear recursos fora dos períodos de secas para a realização de obras públicas e, por conseguinte, para a implantação do progresso material da

região. Com isso, foram criadas as precondições para a institucionalização do problema das secas, sendo em 1901, fundada a Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas (Seocs); em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas; em 1919, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas; em 1945, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Esses organismos consolidaram o projeto Pompeu Sinimbu e o Plano de Socorros Estáveis e Completos, nos quais se assentou o “modelo de progresso” da região Nordeste por meio da construção de obras públicas contra as secas. Porém, é necessário indagar se, com a prática do socorro indireto e a institucionalização do problema das secas, a região Nordeste passou a se equiparar, em termos de progresso, ao Centro-Sul do Brasil. De acordo com José J. A. Arruda (1988, p. 4) entre a crise da economia colonial apoiada na produção de açúcar e ouro e o surgimento do setor cafeeiro, o “Brasil experimentou uma extraordinária diversificação das suas exportações, oferecendo uma grande variedade de produtos aos países europeus em fase de crescimento acelerado e arranque industrial”. Nesse período, ocorreu o chamado “renascimento agrícola” do qual a região Nordeste participou com a exportação de sua produção algodoeira.

Segundo Francisco J. Pinheiro (1990, p. 21) o “renascimento agrícola foi marcado pela recuperação do algodão, que havia entrado em crise por volta de 20, e pelo aparecimento do café e do açúcar como produtos para exportação”. Pinheiro (1990, p. 21) observa ainda que o “café se transformou em um produto importante na pauta de exportação da província na segunda metade do século XIX, chegando em alguns momentos, entre 1860/1865, a superar algodão, em termos de produção para a exportação”. Desse processo, participou a economia nordestina até a seca de 1877-1879, quando por força do projeto Pompeu Sinimbu teve início uma mudança na política econômica da região caracterizada pela noção de seca como óbice ao progresso e, em consequência disso, pelo quase abandono da agricultura e da pecuária.

Em 1878, foi convocado o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro pelo ministro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu para discutir, entre outros pontos, a carência de capitais para o setor e a forma de levantá-los. Em resposta, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Pernambuco

(SAAP) convocou o Congresso Agrícola do Recife para o mesmo ano. Segundo Peter Eisenberg (1977, p. 160) os “agricultores nordestinos ficaram furiosos” com o ato de Sinimbu, ainda mais por ser ele nortista. Enquanto o Congresso do Rio viabilizava a possibilidade de crédito para o setor, no Recife “o panorama subjacente ao evento era de crise” (MOTTA, 2016, p. 12), ainda mais porque a região Nordeste enfrentava o pior ano de seca. Caída em descrédito pelos efeitos da calamidade climática e pela consecução do projeto Pompeu Sinimbu, restou constatar-se a afirmação de Tomas Pompeu Sobrinho de que “durante quinze anos, de 1886 a 1901, os documentos oficiais silenciaram sobre agricultura” (CASTELO, 1970, p. 269).

Apesar disso, a política de socorro indireto possibilitou a construção de uma rede de açudes e equipamentos urbanos que, grosso modo, no curto prazo deram um ar de progresso à região Nordeste. Mas, no longo prazo, esse progresso obtido de maneira artificial – pois se baseou na remessa de recursos do Governo Federal –, foi superado pela dinâmica que se proporia às demais regiões do país. Ademais, o custo social desse modelo foi alto porque se pautou na migração, na desorganização econômica dos municípios, e no colapso da base econômica da região, a agricultura e da pecuária. Esse quadro estava de acordo com a noção de progresso vigente na época que se consolidou com a implantação dos planos de socorros estáveis e completos por meio da institucionalização do problema das secas com a criação da Superintendência de Estudos e Obras Contra as Secas (Seocs) em 1901, ponto de partida para toda a linha de organismos instituídos, posteriormente, como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 1909, a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) 1919 e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945.

7 PLANO ECONÔMICO DE IRRIGAÇÃO DA PROVÍNCIA

O projeto Pompeu Sinimbu e o seu posterior processo de institucionalização, tiveram como cerne a chamada “solução hidráulica”. Essa perspectiva se consolidou apenas depois da dita “grande seca”, pois na primeira metade do século XIX, como avaliou Geraldo Nobre (1989, p. 87) “a prosperidade concorreu para fortalecer no Ceará,

àquele tempo, a ideia de uma economia predominantemente agrícola e voltada para o comércio exportador, questão pacífica até a grande seca de 1877-1879”. Entretanto, a partir dessa seca mudou a política econômica no Ceará, repercutindo tal alteração nas demais províncias da região. Essa consistiu na diminuição do interesse pela agricultura de exportação, permanecendo a de subsistência sujeita aos seus próprios meios e fragilizada pelas intempéries.

O engenheiro civil Pompeu Ferreira da Ponte foi membro da Comissão de Engenheiros encarregada do prolongamento da estrada de ferro de Sobral, daquela localidade até a cidade do Ipú. Extinta essa comissão, foi nomeado para outra, responsável pela construção do Açude de Quixadá, sob a direção do engenheiro J. J. Revy. O modelo de socorros indiretos fez recrudescer os efeitos da seca de 1877, e com isso, aumentou a vulnerabilidade da população às condições climáticas. Ferreira da Ponte escreveu um Ensaio sobre Irrigação Agrícola na Província do Ceará, cujos resultados serviram de base para o seu Plano Econômico de Irrigação da Província. De acordo com Geraldo Nobre (1989, p. 87), “Seus estudos conduziram-no ao ponto de vista, do qual seria autêntico precursor, de estar o futuro da província nas artes manufatureiras, por conseguinte na industrialização”.

O futuro do Ceará não repousa na lavoura e nem na criação de gados, porque as secas não podem ser removidas pelos esforços humanos. O futuro da província está nas artes manufatureiras; porém esse tempo quando as suas fabricações tenham de sair para as circunvizinhanças em troca dos produtos agrícolas; vem longe (CEARENSE, 20 de agosto de 1884, p. 3).

Seu pensamento foi exposto no jornal Gazeta de Notícias da Corte e transcrito para os principais jornais da província. No Ceará, foi publicado em uma edição do jornal *Cearense* de 20 de agosto de 1884 e “certamente influenciando algumas iniciativas da época” (NOBRE, 1989, p. 87). Apesar de afirmar que o futuro da economia cearense estava na manufatura e não na agropecuária, Pompeu Ferreira da Ponte defendia a manutenção desse setor, assim como a sua modernização, pois que se encontrava “manietado pela rotina”. Dessa forma, para ele:

Um bom plano de irrigação para satisfazer as urgências das secas, deve prender em todos os pon-

tos da província seus habitantes ao solo, não só para evitar as incomodas emigrações, como também para não comprometer a lavoura dos locais onde ela se desenvolva, quer pela rapinagem, que pela aglomeração da população (CEARENSE, 1884, p. 3).

Nesse caso, seu plano entrava em confronto com o projeto Pompeu Sinimbu, porque não dependia da migração do sertanejo para ser executado. Ao contrário, apregoava a permanência do homem ao solo. Ele consistia no aproveitamento da água do subsolo, das fontes perenes e das terras de aluvião para uma agropecuária adaptada às condições geoclimáticas. Com isso, Ferreira da Ponte ratificava o diagnóstico realizado em 1861 pela Comissão Científica de Exploração – que defendia uma ação de “convivência” e não de “combate” à seca. No entanto, as elites políticas do Ceará adotaram dele a ideia da industrialização, mas refutaram o seu plano de irrigação, preferindo combater a seca com a construção de açudes e realizar o progresso da região por meio de obras públicas, executadas com o emprego de trabalhadores desvalidos das secas.

8 CONCLUSÕES

O projeto Pompeu Sinimbu surgiu da intenção de corrigir a conjuntura de desequilíbrio econômico nas condições materiais entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil que se acentuaram na primeira metade do século XIX, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a expansão da lavoura canavieira fluminense e a cafeeira paulista e o fracasso da política de modernização da economia açucareira, dando início à chamada “questão regional”. Ele partiu do pressuposto de que as condições naturais da região eram insuficientes para a geração de excedente de produção porque ela era assolada por secas periódicas. Desse modo, o progresso material do Ceará e do Nordeste foi calcado na proposta política de explorar a mão de obra disponível durante as secas para a realização de obras públicas como escolas, cemitérios, pontes, igrejas e estradas etc. Nessa época, não havia no Brasil a distinção clara entre o progresso proveniente de recursos do estado e o decorrente do incentivo à iniciativa privada. Além disso, a noção “progresso” se associava mais à realização de obra pública de natureza urbana, do que a atividade manufatureira. Por esse motivo, o projeto Pompeu Si-

nimbu conseguiu realizar seu objetivo, enquanto essa noção permaneceu inalterada. Outrossim, ele teve um caráter artificial porque se realizou sob a dependência do Governo Geral, pelo declínio da agricultura de exportação, não gerando a acumulação de excedente de capitais necessários para financiar a expansão da economia, a ampliação da renda *per capita* e a consolidação do mercado interno; fatores fundamentais para equiparar as províncias do Nordeste em relação às do Centro-Sul.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. P. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALVES, J. **História das secas no Ceará (séculos XVIII-XIX)**. Ed. fac. símile. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.
- ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO DO BRASIL, **Livro 5**, 13ª sessão de 25 de junho de 1877.
- ARAÚJO, T. B.; SANTOS, V. M. Desigualdades regionais e nordeste em formação econômica do Brasil. In: ARAÚJO, T. P. A.; VIANA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (orgs.). **50 anos de formação econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.
- ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. **Relatório do presidente da Província de Pernambuco de 1878**.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem apresentada pelo presidente do Estado Antônio Pinto Nogueira Acioli à Assembleia Legislativa do Ceará**. Fortaleza: Tipografia Econômica, 4 de julho de 1898.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Ceará em 1 de julho de 1901**, pelo presidente do Estado Pedro Augusto Borges. Fortaleza: Tipografia Econômica, 1901.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de presidente de província**, 1901.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Comissões de Socorros Públicos**. Juiz de Direito Interino de São João do Príncipe, 9 de novembro de 1877.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório de presidente de província 1847**.
- ARRUDA, J. J. A. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de História**, Brasil, n. 119, p. 3-21, dec. 1988.
- BARBOZA, E. H. L. **A hidra cearense: rotas de retirantes e escravizados entre o Ceará e as fronteiras do Norte (1877-4884)**. Tese. (Doutorado em História Social). PUS-SP, São Paulo: 2013.
- BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Documentos do Barão de Capanema**. Maço 200, Documento 9.111.
- BRASIL, T. P. de S. Juízo histórico do senador Pompeu sobre factos do Ceará, secas de 1825, 26 e 27. **Revista do Instituto do Ceará**. Ano IX, Tomo IX, Fortaleza: Tipografia Studart, 1895.
- CÂMARA, J. A. S. (org.). **Carta do Visconde de Sinimbu**. Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1877. Correspondência do Senador Pompeu. Fortaleza: Tipografia Minerva, 1960.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biblioteca Digital. **Coleção de Leis do Império**. Decreto n. 6.918, de 1 de junho de 1878.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007.
- CAPANEMA, B. **Apontamentos sobre as secas do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.
- CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campos, 1980.
- CASTELO, P. A. **História do ensino no Ceará**. Monografia n. 22. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.
- CASTRO, C. **Marquês de Paranaguá**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009.
- CAVALCANTI, N. C. B. **A regeneração e a reforma**. Pernambuco: Tipografia Comercial de G.H. de Mira, 1866.
- CARTA RÉGIA de 28 de janeiro de 1808. **Coleção das Leis do Brasil de 1808**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

- FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e publicação, 2001.
- FILHO, A. G. A questão regional no Brasil: uma introdução ao debate. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2006.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GABAGLIA, F. A. R. **Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade do Ceará**. Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil, 1861.
- GIRÃO, R. **História econômica do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2000.
- GONÇALVES, G. R. **As secas na Bahia do século XIX**. Dissertação. (Mestrado em Economia). FFCH, UFBA, Salvador: 2000.
- GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Uma política de desenvolvimento para o Norte. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 28, n. 4. p. 387-432, out./dez. 1997.
- HOBBSAWN, E. J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- ISARD, W. **Introduction to regional science**. Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall, 1975.
- LEWIN, L. **Política e parentela na Paraíba**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MEIRA, R. B. **Bangüês, engenhos centrais e usinas**. Dissertação. (Mestrado em História Econômica). FFLCH, USP, 2007.
- MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Ceará em 1.07.1901 pelo Presidente do Estado Dr. Pedro Augusto Borges. Fortaleza: Typ. Econômica, 1901.
- MENSAGEM do Conselho de Estado. In: **100 anos da RVC**. Notícias. Edição Centenária, Fortaleza (s/e), 1970.
- MOTA, J. F. **Swans sing and the green wave passes**. The agricultural Congresses of 1878 and the demand for farming by capital. Disponível em: www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Motta_Lopes_33WP.pdf. Acesso em: 19 fev. 2018.
- NOBRE, G. S. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: FIEC, 1989.
- O Cearense: órgão liberal**. Fortaleza-Ce: Tipografia Fidelíssima, 20 de agosto de 1884.
- OLIVEIRA, F. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP/IEA v. 7, n. 18, 1993.
- PINHEIRO, F. J. **A organização do mercado de trabalho no Ceará (1850-1880)**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1990.
- POMPEU, T. **Memória sobre o clima e secas no Ceará**. 1877.
- PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque – reforma urbana e controle social (1860 – 1930)** 4. ed. Edições Demócrito Rocha, 2010.
- PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.]
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: **Cepal. Boletín Económico da América Latina**, v. VII, n. 1, Santiago do Chile, 1962.
- RIBEIRO, R. Breve notícia do vale do Jaguaribe. **Revista do Instituto do Ceará**, ano XXXIV, Fortaleza, 1920.
- SILVA, L. M. T. Esquecimento e urbanização na Paraíba. In: X SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2008, Recife, PE. **Anais ...** Recife: Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada, 2008.
- SOBRINHO, T. P. **História das secas (Século XX)**. 2. ed. Coleção Mossoroense, v. CCXXXVI, 1982.
- SOUSA, J. W. F. Um projeto autônomo de colonização para o nordeste do Brasil. **Revista de Economia**, NE, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 145-161, jan. /mar., 2017.
- _____. **Artífices, Criadas e Chicos: as experiências urbanas das crianças órfãs e pobre em Fortaleza (1877-1915)**. Dissertação. (Mestrado em História Social). PUC-SP, 2004.
- SOUSA NETO, M. F.; MORAES, A. C. R. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. 1997.[s.n.], São Paulo, 1997.
- TEÓFILO, R. **História das secas no Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.
- THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em Common**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, J. T. **Quando a ambição vira projeto:** Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846-1879). Dissertação. (Mestrado em História Social). PUC-SP, 2000.

WEBER, M. **Le Savant et le Politique.** (Col. 10/18). Paris: Union Generale des Éditions, 1971.
